

Ensino Particular e Cooperativo: o currículo como instrumento da autonomia e da liberdade

*Joaquim Azevedo **

Lisboa, 07 de Novembro de 1997

Reune-nos aqui o debate acerca da autonomia dos projectos pedagógicos de cada escola, numa iniciativa da Associação dos estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo. Visa-se, segundo esta Associação, abrir linhas concretas de inovação, de apoio e de aconselhamento técnico-pedagógico aos seus associados.

Uma vez situados na problemática geral, importa salientar ainda que esta foi dividida, para efeitos de análise neste FORUM, em quatro temáticas: investigação, currículo, gestão e avaliação. Cabe-me a honra e a difícil missão de abordar o segundo tema.

Digo difícil, não por jogo de retórica, mas porque esta dificuldade se me impõe de modo inequívoco: **(a)** primeiro, porque é muito difícil abordar esta temática sem abordar as outras, sobretudo a da gestão; **(b)** segundo, porque o conceito de currículo é muito equívoco e está povoado por uma

* Director do Instituto Empresarial Português (AIPT) e membro do Conselho Nacional de Educação

vasta gama de sentidos; (c) terceiro, porque no contexto do ensino particular e cooperativa (EPC) os conceitos e as práticas não ocupam o mesmo lugar, nem têm o mesmo papel, nem se perspectivam do mesmo modo, em relação ao futuro, que no contexto do ensino público.

É nosso propósito vislumbrar como é que o currículo escolar pode ser instrumento da autonomia e da liberdade. Antes de mais, considero que é necessário situar o EPC no contexto do que é a liberdade e a capacidade de iniciativa das instituições da sociedade civil, em Portugal.

Nós, aqui reunidos, somos parte de um todo. Possuimos características e anseios próprios mas também estamos condicionados pelos traços que nos unem a outros, porque habitamos o mesmo território, falamos a mesma língua, herdamos a mesma história.

Em Portugal, o Estado sempre se sobrepôs à diversidade existente, como manifestação política. O domínio público foi-se confundindo, ao longo do nosso passado, com o domínio do Estado.

“O que cria e sustenta a identidade portuguesa é, de facto, o Estado” diz José Mattoso. “Por isso, o processo de eclosão da consciência nacional é tão lento e a sua expressão popular tão tardia. Não desce a todos os níveis e sectores da população portuguesa senão depois de o Estado se formar, se centralizar, se fortalecer e acabar por obter o monopólio completo do poder público, nos Séc. XIX e XX”.

Não somos um país marcado pelas manifestações da autonomia de pessoas, grupos, instituições, nem por grandes conflitos de interesses e de poderes, que foram sempre esporádicos, mas, isso sim, por manifestações contínuas de dependência e até de clientelismo. Ainda hoje é esta a massa de que somos feitos. O historiador continua: “Como o meio de conquistar um lugar ao sol dependia principalmente do favor do soberano, e este se movia mais pelo critério da fidelidade do que do mérito, o sistema não favorecia a iniciativa privada nem o investimento em actividades produtivas”.

As elites mais cultas, das quais os colégios e as escolas particulares e cooperativas são uma das expressões de vontade e de iniciativa, também têm demonstrado uma enorme dificuldade em fazer emergir e sustentar, ao longo do tempo, movimentos sociais autónomos e persistentemente suportados. Basta lembrar o decadentismo crónico que informa a nossa visão do nosso próprio país, a incapacidade crónica de promover um conhecimento profundo da nossa própria realidade ou o gozo narcísico com que olhamos as virtudes dos estrangeiros ou a morbidez com que contemplamos as glórias do nosso passado.

Mais uma vez, o historiador lembra que as elites “clamaram desesperadamente pelas mudanças radicais, sem conseguirem mais do que a generalização de um sentimento de incapacidade para construir uma sociedade mais activa e empreendedora”.

Imerso nesta paisagem cultural e histórica, o ensino particular e cooperativo português exprime ainda hoje debilidades estruturais que podem ser lidas neste quadro, a mais importante das quais talvez seja a difícil afirmação de um ensino livre dentro de um ensino de iniciativa privada, face a um Estado todo poderoso e onnipresente, que tudo controla e abafa. O ponto é este: a iniciativa é livre, o projecto educativo não. Dar o primeiro passo para criar uma escola é um acto livre, dar o segundo para construir uma escola livre, não. Na lei existe a liberdade de ensinar e de aprender, na realidade, não. Na norma há liberdade de administração e de gestão, na aplicação da norma, não.

O EPC português, sendo fruto da livre iniciativa da sociedade civil, acaba por ser em boa parte uma manifestação do Estado, só que desenvolvida cavalgando sobre a iniciativa particular e cooperativa. O EPC tem revelado dificuldades várias para alterar este estado de coisas, não porque não o deseje e não lute, mas porque a dependência gera dependência e porque ao lado da dependência habita o medo.

Aqui e ali, pelo mundo fora não é sempre assim. Mas em Portugal, como e quando pode ser diferente? Creio que o modelo de supletividade em relação ao ensino público, modelo em que o EPC se encontra encerrado, dificilmente permitirá o golpe de asa, a autonomia e a liberdade que deveriam ser as suas marcas distintivas.

Feito este enquadramento geral, vamos descer a um novo enquadramento mais particular, que tem que ver com o EPC e o currículo escolar.

Currículo escolar: a importância dos conceitos

Partamos, então, de uma aproximação conceptual ao que aqui vou designar por currículo escolar. Tomo-o, simplificando, quase como o equivalente da proposta educativa de cada escola. Neste FORUM do EPC é importante situar a reflexão ao nível do currículo de cada escola, uma vez que as escolas do EPC, em princípio, são diferentes uma das outras e, também em princípio, são livres de conceber e desenvolver os seus projectos e as suas propostas educativas.

Este conceito de currículo compreende, por isso, o conjunto das actividades educativas lectivas, as actividades educativas não lectivas de iniciativa exclusiva das escolas e as actividades educativas desenvolvidas em parceria com outras instituições e agentes educativos. Da primeiro para a terceiro tipo de actividades vai-se evoluindo da oferta educativa tipicamente escolar centrada e centrípeta, para uma esfera educativa plurifacetada e pluricentrada, sustentada em solidariedades e na conjugação de missões educativas entre vários agentes sociais. A missão destes é a da promoção do desenvolvimento humano, através da mobilização de vários modos de fazer desabrochar e ganhar forma a humanidade que mora em cada um nós. No terceiro tipo de actividades, a escola não se coloca já numa posição hegemónica, embora detenha um papel singular e específico entre os vários agentes de educação e de formação que com ela interactivam (figura 1).

Figura 1

Currículo: da dependência à autonomia

ACTORES	TIPO DE CURRÍCULO	GRAUS DE AUTONOMIA
Professores Alunos Pais, em parceria com: Autarquias, Centros de Saude, Assoc. Culturais, Bibliotecas, Museus, Centros de Formação, Jornais...	Currículo = actividades lectivas e não lectivas, de iniciativa de professores, alunos e pais, em cooperação e parceria com outros agentes educativos locais TIPO C	Alargada
Professores e Alunos	Currículo = actividades escolares lectivas e não lectivas, de iniciativa dos professores e alunos TIPO B	Reduzida
Professores e Alunos	Currículo = actividades lectivas prescritas, cumprimentos da norma TIPO A	Nenhuma